

Acordo parcial prevê plena liberdade de informação

Os negociadores do PMDB e do Centrão para Comunicação

A negociação em torno do capítulo da "Comunicação" ocupou todo o dia de ontem dos constituintes. Diversos parlamentares estiveram no gabinete do líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), local das reuniões.

Entre os negociadores destacam-se, pelo PFL, Eraldo Tinoco (BA) e Rita Furtado (RO), representando o Centrão; pelo PMDB, Artur da Távola (RJ) e Antônio Britto (RS).



Foto: Lúcia Marques

ARTUR DA TÁVOLA

O deputado do PMDB fluminense é jornalista e escritor, publicou diversos livros sobre televisão. Artur da Távola é o nome parlamentar e profissional de Paulo Alberto Monteiro de Barros. Foi relator da comissão que tratou da comunicação na primeira fase da Constituinte.



ERALDO TINOCO

O deputado do PFL baiano é um dos parlamentares mais ligados ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Foi um dos fundadores do Centrão e negociou, em nome do grupo, o capítulo da Educação e Cultura. Foi relator da Subcomissão da Família.

Tutu diz que Silvio Santos não deve sair para Prefeitura

Da Redação

A deputada Dirce Tutu Quadros disse ontem à noite que é uma "grande admiradora" do apresentador de TV, Silvio Santos, e que ele presta "à população brasileira uma grande colaboração". Mas, sobre a possibilidade de ele se candidatar a Prefeitura de São Paulo, ela disse que ele deve "continuar fazendo o que sempre fez".

A deputada acrescentou que ele não seria um "mau prefeito", mas não teria o tempo suficiente para adquirir a "bagagem" política necessária para administrar uma cidade como São Paulo.

Tutu fez estas afirmações ontem à noite durante sua participação no programa de televisão "Roda Viva",

levado ao ar pela TV Cultura.

Sobre a nova Constituição, Tutu afirmou que os dispositivos que beneficiam os trabalhadores são os pontos mais importantes aprovados até agora no Congresso constituinte. A deputada anunciou que apresentará uma emenda por eleições gerais ainda em 88, apesar de "pessoalmente duvidar que consiga aprová-la". "Ninguém no poder está interessado em democracia", disse. Afirmou ainda que se esta emenda fosse aprovada, ela não votaria necessariamente em seu pai, mas dependeria de "quem estiver com ele".

Tutu respondeu sobre a vida e as atitudes do seu pai, o prefeito Jânio Quadros. Sobre o dia da renúncia de Jânio, Tutu afirmou que "não foi uma grande surpresa".

Do Sucursal de Brasília

Os líderes do PMDB, do Centrão e dos partidos de esquerda conseguiram ontem um acordo parcial para o capítulo V (Comunicação) da Ordem Social. Foi acolhida proposta do senador Pompeu de Souza (sem partido-DF), fundida com o texto do Centrão, pela qual "nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística", garantindo-se o direito de resposta.

O entendimento produziu ainda um texto que assegurava aos meios de comunicação "ampla liberdade, garantia à pluralidade de informa-

ção e opinião". Ao final da reunião, no entanto, a deputada Rita Furtado (PFL-RO), do Centrão, disse que a "pluralidade de opinião ainda não é consensual".

Censura

Ficou decidido também que a produção de programas de rádio e televisão, inclusive publicitária, deverá ser regionalizada, conforme critérios a serem definidos em lei ordinária. Os constituintes continuarão amanhã a negociar uma solução para o impasse sobre o que é necessário para que o Congresso Nacional revogue uma concessão de canal de rádio e TV a particulares.

Os constituintes concordaram em proibir "toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística". O Poder Público poderá somente indicar as faixas de idade e horários mais adequados para cada espetáculo. Estas informações funcionarão como "sugestões" do Estado, mas o cidadão não será obrigado a aceitá-las.

Apesar deste acordo para a censura, persistia a divergência sobre a defesa da sociedade contra abusos dos meios de comunicação ou espetáculos públicos. Pela manhã, os líderes chegaram a um texto que garante à pessoa, à família e às instituições a proteção da lei contra

"ofensa aos seus valores éticos e culturais". Esta expressão, no entanto, acabou criando controvérsias entre a esquerda —que a considerava muito vaga, abrindo possibilidade, na prática, de censura— e a direita que preferia a sua redação original, que protegia os "valores morais e os bons costumes". A discussão continuou ontem à noite.

Os líderes mantiveram o atual regime de propriedade nos meios de comunicações: somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos poderão ser proprietários de empresa do setor. Hoje de manhã, a reunião continua no gabinete de Covas.

FOLHA DE SÃO PAULO

24 MAI 1988

P. AZ